

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA**

NATÁLIA MAGALHÃES LUIZ

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA PROFESSORAS DO MUNICÍPIO DE
SERRA/ES E O IMPACTO NO SEU TRABALHO DOCENTE.**

**VITÓRIA
2025**

NATÁLIA MAGALHÃES LUIZ

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA PROFESSORAS DO MUNICÍPIO DE
SERRA/ES E O IMPACTO NO SEU TRABALHO DOCENTE.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Educação Física.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ileana Wenetz

**Co-orientadora: Prof^a. Dra. Erineusa Maria da
Silva.**

**VITÓRIA
2025**

NATÁLIA MAGALHÃES LUIZ

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA PROFESSORAS DO MUNICÍPIO DE
SERRA/ES E O IMPACTO NO SEU TRABALHO DOCENTE.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Educação Física - Licenciatura, do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em 26 de Agosto de 2025

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ileana Wenetz

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Erineusa Maria da Silva

Prof.^a Dr.^a Elda Alvarenga

Prof.^a Ms.^a Joice Gottardo de Jesus

Universidade Federal do Espírito
Santo
Centro de Educação Física e Desportos
Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário - Goiabeiras
Vitória/ES
Cep. 29075-910

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus Jeová, pela dádiva de vida, pois sem Ele nada seria possível.

Expresso minha gratidão à minha família, em especial aos meus pais, Paulo e Silvânia, pelo apoio incondicional, e às minhas irmãs, Rafaela e Bianca, que sempre foram exemplo de incentivo e inspiração.

Dirijo um agradecimento especial à minha irmã Bianca, que sempre foi a principal incentivadora dos meus estudos desde de pequena, me apoiou em diversos momentos durante minha vida, além de permanecer ao meu lado em momentos difíceis.

Agradeço também ao meu namorado, Patrick, que acompanhou de perto minha trajetória durante o curso, acreditou no meu potencial, e esteve presente nos momentos em que precisei de apoio.

Registro minha profunda gratidão à Professora Erineusa Maria da Silva por ter aceitado me orientar neste trabalho com muita dedicação, excelência, paciência e carinho ao longo de todo o processo. Estendo meus agradecimentos, às professoras presentes na minha banca, Elda Alvarenga, Joice Gottardo de Jesus e a Ileana Wenez que entrou como minha orientadora para que eu conseguisse concluir esse trabalho, agradeço o carinho delas, o cuidado, zelo, e compromisso para o enriquecimento deste estudo.

Por fim, dedico este trabalho à minha família e ao meu namorado, que representam meu porto seguro em todos os momentos. Sem Jeová e sem o apoio deles, esta conquista não seria possível.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a violência de gênero contra professoras do município de Serra/ES e seus impactos no trabalho docente. A metodologia adotada foi uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de questionário anônimo (Google Forms) que obteve resposta de 11 professoras de Educação Física do município de Serra. Os resultados indicam que a maioria das participantes já vivenciou ou presenciou episódios de violência de gênero, com destaque para a violência psicológica, frequentemente marcada por desvalorização profissional, silenciamento e assédio. Constatou-se que tais experiências afetam diretamente a prática pedagógica e o bem-estar emocional das docentes. Através do estudo é perceptível a urgência de ampliar a formação inicial e continuada de professores/as bem como incluir de forma sistemática discussões sobre gênero e violência nos espaços escolares, a fim de promover ambientes educacionais mais justos, inclusivos e democráticos, especialmente para as mulheres.

Palavras-chave: Violência de gênero. Educação Física. Docência. Professoras. Serra/ES.

ABSTRACT

This study aims to analyze gender-based violence against female teachers in the municipality of Serra/ES and its impacts on teaching work. The methodology adopted was a qualitative research, conducted through an anonymous questionnaire (Google Forms) answered by 11 Physical Education teachers from the municipality of Serra. The results indicate that most participants have already experienced or witnessed episodes of gender-based violence, with psychological violence standing out, often marked by professional devaluation, silencing, and harassment. It was found that such experiences directly affect teaching practices and the emotional well-being of teachers. The study highlights the urgent need to expand initial and continuing teacher training, as well as to systematically include discussions on gender and violence in school settings, in order to promote more just, inclusive, and democratic educational environments, especially for women.

Keywords: Gender-based violence. Physical Education. Teaching. Female teachers. Serra/ES.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
4 OS ACHADOS DA PESQUISA	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

Desde antes do nascimento, é comum na maioria das sociedades contemporâneas, que o sexo biológico das crianças definam os presentes, as roupas, o mobiliário do quarto e as expectativas da família sobre o “ser menino ou menina”. Então, quando as meninas (baseado no sexo biológico) nascem, ganham brinquedos relacionados aos cuidados do lar como cozinhas e bonecas, são ensinadas a serem comportadas, que devem submissão etc. Dessa forma, são condicionadas e moldadas a uma figura de gênero que a sociedade produz, figura essa de uma mulher frágil que cuida dos/as filhos/as e do lar. Em contrapartida, os meninos ganham carros, ferramentas, bolas e são ensinados que não podem chorar, aprendem que a figura masculina deve ser relacionada a força e poder, moldando seus papéis e forma de pensar desde crianças. Para Fernandes e Natividade (*apud* Torrão Filho 2005, p. 139):

Essa diferenciação entre os sexos pressupõe características definidas do que é feminino e masculino “[...] não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas, e são controladas nisto, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade [...]”, argumenta. Por exemplo, meninos aprendem desde cedo que devem ser garanhões, enquanto às meninas são ensinadas outras atribuições.

Essa oposição binária marcada pelo sexo biológico é uma das bases do patriarcado. Que atribui mais valor ao que é socialmente feito pelo homem do que pela mulher. Para Carneiro (2020, p. 24),

Essas diferenças não apenas classificam e definem a sociedade como uma sociedade binária, formada por dois gêneros, masculino e feminino, como criam hierarquias entre os gêneros, quando tudo o que é atribuído ao gênero masculino possui maior valor do que o que é atribuído ao feminino ou quando cria uma relação de poder entre homens e mulheres, poder deles sobre elas.

Sob essas bases, ainda na atualidade tal associação é usada para justificar violências e preconceitos contra as mulheres. Essas violências ocorrem no cotidiano da sociedade moderna e geralmente são marcadas pelo abuso de poder de partes tidas como mais fortes contra os/as socialmente compreendidos/as como mais fracos, em geral de homens contra mulheres, seja em ambiente familiar ou social.

Para Bandeira (2014, p. 450) “A violência interpessoal ocorre como uma das formas de sociabilidade ancorada na desvalorização de um paradigmático ‘feminino’, que não tipifica apenas as mulheres, mas outras categorias socialmente fragilizadas”. No entanto, a violência específica contra as mulheres chama a atenção pois nas últimas décadas tem ganhado mais visibilidade, evidenciando esse problema social de grandes proporções. Não à toa o termo violência contra mulheres é muito utilizado e às vezes tomado como equivalente a outros como, violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência conjugal, violência familiar e violência de gênero (Almeida, 2007) .

Em nosso estudo usaremos o termo “violência de gênero”, pois esse permite uma compreensão mais ampla do problema. Essa nomenclatura nos possibilita reconhecer que a violência sofrida por mulheres e também por pessoas que não estão nos padrões tidos como tradicionais de gênero, não é um problema individual, mas um fenômeno socialmente construído que está altamente relacionado ao patriarcado e a naturalização da inferiorização de mulheres (Bandeira, 2014).

A persistência de casos de agressões contra mulheres, frequentemente cometidas por parceiros ou ex-parceiros — envolvendo tanto mulheres cis quanto transvestigêneres — revela uma realidade alarmante e cotidiana amplamente divulgada pelos veículos de comunicação. Mais do que episódios isolados, esses casos refletem uma dinâmica estrutural de desigualdade de gênero, que ultrapassa os limites do que a legislação vigente consegue abarcar, visto que violência cometida contra as mulheres é um problema estrutural. Carneiro (2022, p. 25) afirma que “[...] o patriarcado é uma estrutura milenar, que se manifesta em todas as relações: pessoais, sociais e institucionais, para manter a dominação dos homens sobre as mulheres”.

A violência de gênero afeta todos os aspectos da vida de uma mulher. Estudos populacionais sugerem que, entre 40% e 72% de todas as mulheres¹ que foram fisicamente violentadas por um parceiro, a agressão deixou sequelas físicas em algum momento de suas vidas (Azambuja; Nogueira, 2008). Além disso, de modo geral, há um risco maior de desenvolverem depressão, tentativas de suicídio, dor crônica, transtornos psicossomáticos, ferimentos físicos, problemas gastrointestinais, síndrome de intestino irritável e diversos problemas para a saúde reprodutiva (gravidez indesejada, contaminação por HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis, abortos espontâneos ou provocados) (Azambuja; Nogueira, 2008). Lamentavelmente a violência, mesmo que seja física, causa danos psicológicos muitas vezes irreversíveis, e mesmo quando a violência é psicológica o corpo sente, uma vez que a saúde física e psicológica estão intimamente vinculadas.

Todo esse contexto exige que o poder público acione mecanismos de proteção. No caso do Brasil, o caminho realizado para a busca dessa proteção às mulheres foi distinto das demais legislações. Expoente máximo dessas legislações, a Lei Maria da Penha, diferentemente de nascer pelas mãos do executivo ou pelo congresso, percorreu caminho que lhe dá ainda maior legitimidade: foi criada por um consórcio de ONGS que tinha como objetivo elaborar uma lei para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. Esse consórcio se mobilizou a partir da situação de violência enfrentada por Maria da Penha, uma mulher que quase teve sua vida interrompida por uma tentativa de feminicídio por parte de seu marido. O marido tentou matá-la duas vezes: primeiro ao dar um tiro em suas costas enquanto ela dormia o que a deixou paraplégica e; a segunda tentativa foi eletrocutá-la enquanto tomava banho. Apesar de todo o sofrimento que enfrentou, ela só conseguiu ser ouvida graças ao trabalho de uma ONG, que, após intensos debates com o poder Legislativo, o Executivo e a sociedade, conseguiu a aprovação de seu projeto de lei, e por meio desse conseguiu ser indenizada (Instituto Maria da Penha, 2023).

¹ Esses dados não estão especificados quanto a identidade de gênero ou a orientação sexual.

Diante disso, a Lei Maria da Penha foi criada como forma de inibir a violência contra as mulheres², para tentar garantir que ela tivesse assistência e proteção ao passar por situações de violência doméstica e familiar. A Lei nº. 11.430 define cinco tipos de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A partir disso, a legislação nacional buscou assegurar direitos às mulheres que precisam de proteção. Por diversas vezes essas formas de violência acontecem dentro do lar de várias mulheres, como no caso da Maria da Penha, o que as deixa ainda mais suscetíveis pois não se sentem seguras nem dentro de seus lares (Instituto Maria da Penha, 2023).

É perceptível que no Brasil, apesar dos avanços que foram conquistados pelos direitos das mulheres, a sociedade ainda se comporta de forma patriarcal e alguns pressupostos desse modo de operar a vida sob a égide patriarcal ainda persistem de alguma forma e, inclusive, em legislações, persistiram até poucos anos. Exemplo disso é que até o ano de 2002 algumas situações ainda figuravam no Código civil de 1916, apesar de a CF de 88, como o Art. 233 que dizia que: “o marido é o chefe da sociedade conjugal”. Esse artigo dava direito ao marido de autorizar ou não sua esposa a trabalhar, ou seja, as mulheres somente poderiam trabalhar caso seu marido autorizasse, tirando assim qualquer poder de liberdade financeira que uma mulher poderia ter dentro do seu casamento (Ragasini, 2020).

Segundo pesquisa realizada pelo ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), no ano de 2023, 1.467 mulheres foram mortas no país em crimes de violência doméstica e outros por simplesmente serem mulheres. Mais da metade das mortes ocorre na residência - 64,3%. Entre as que morreram, 63% foram vítimas do parceiro íntimo; o ex-parceiro é autor do crime em 21,2% dos casos. Nove em cada dez autores de assassinatos de mulheres são homens.

² Importante destacar que a Lei Maria da Penha deve ser aplicada aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transgênero, conforme decisão do STF em 2022.

Vale lembrar que o Ligue 180 foi criado em 25 de novembro de 2005 e que recentemente, em 1º março de 2014, foi transformado em Disque 180. Segundo dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), só de março a julho deste ano, o Disque 180 encaminhou aproximadamente 15 mil denúncias à Segurança Pública e ao Ministério Público em todo o país (Bandeira, 2014, p. 454).

Esse dado evidencia o caráter crescente e alarmante das denúncias registradas, o que, por sua vez, reflete o aumento contínuo dos casos de violência de gênero, especialmente a violência contra a mulher. Esse fenômeno é amplamente noticiado pela mídia, como exemplifica a manchete do jornal “A Gazeta” intitulada “Violência contra a mulher continua sendo uma das grandes tragédias do ES”. A matéria revela a gravidade desta problemática no Espírito Santo e em outras regiões do país.

Segundo o Atlas da violência 2023, “[...] quando olhamos a taxa de homicídios de mulheres dentro das residências, vemos uma incrível estabilidade, o que revela uma sórdida constância do feminicídio enquanto fenômeno social” (p.45). A violência de gênero pode levar muitas vezes a fatalidades como o feminicídio, que infelizmente não tem apresentado tendências a diminuir.

Essa tendência de crescimento se apresenta no município de Serra, Espírito Santo. De acordo com dados divulgados pelo portal Serra Noticiário (2024), a cidade da Serra voltou a liderar alguns tipos de violência contra mulher, como casos de violência doméstica e feminicídio no Espírito Santo em 2024. Ainda segundo o portal, informações obtidas através do Painel de Monitoramento de Violência Contra Mulher - ferramenta utilizada pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social- foram contabilizados 2.029 casos de violência doméstica e quatro feminicídios no município. Esses números evidenciam que a violência de gênero permanece como um problema recorrente na região, sendo capaz, em casos extremos, de resultar em desfechos fatais.

Como visto, é perceptível que a violência de gênero no Brasil está em constante crescimento, porém ainda são poucos os estudos que pesquisam como essa forma de hostilizar as mulheres afeta o trabalho delas, em especial no campo da educação (Santos e Silva 2010). Indubitavelmente parcela dessas mulheres violentadas seja física, psicológica, sexual, patrimonial e moralmente atuam

profissionalmente como professoras. E nessa condição de violência são “obrigadas” a irem trabalhar carregando consigo toda a gama de consequências geradas pelas violências sofridas em um espaço de educação, um espaço que tem como premissa a educação para a paz, para a empatia, para o respeito a todas as pessoas. Nesse sentido, pensar como a violência de gênero, tanto a sofrida no lar como no próprio espaço de trabalho, afeta o trabalho docente das professoras é fundamental para o campo da educação e, mais especificamente, no campo da educação física que lida com o corpo e, portanto, também com a garantia de sua integridade física, afetiva, psicológica e emocional.

No geral, estudos têm sido realizados sobre a percepção das professoras a respeito da violência doméstica e intrafamiliar exercida sobre estudante como o de Brino e Souza (2016) *Concepções sobre violência intrafamiliar na área educacional*, ou ainda sobre a formação de professores/as a respeito da violência de Gênero ou a ausência dessa formação, como podemos observar no estudo de Vagostello et al. (2016) *Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo*. No entanto, em breve pesquisa junto ao *google* acadêmico foi perceptível a ausência de pesquisas que investigam a violência de gênero vivida por professores/as.

Assim, considerando o constante aumento da violência contra a mulher é preciso que haja mais estudos sobre esse tema e como ele afeta as mulheres em seus trabalhos. Entendendo a importância desses estudos, buscamos de forma mais específica, entender como a violência de gênero afeta o trabalho da professora, pois infelizmente não são somente as vítimas que sofrem mas todas as pessoas envolvidas e do entorno. Ademais, todas as mulheres sofrem coletivamente com os dados das crescentes violências que muitas vezes podem levar a feminicídios.

Nesse sentido, nosso objetivo geral é compreender como as violências de gênero atuam sobre o trabalho docente das professoras de Educação física do Município de Serra. Especificamente buscamos: a) identificar violências de gênero que as professoras sofreram na escola e fora da escola; b) identificar os

tipos de violências de gênero sofridas pelas professoras de Educação Física de Serra, e o que isso influencia no seu trabalho docente.

Como é evidente o crescimento da violência de gênero, torna-se fundamental a ampliação dos estudos que analisem como essa problemática afeta a vida das mulheres não só em outras áreas mas também no campo educacional. Conforme destacam Santos e Silva (2010, p.02) muitos estudos têm sido realizados, desde 1980, a respeito da violência contra as mulheres, no entanto, a ênfase desses estudos centram-se na área da sociologia, saúde, assistência social entre outros, mas não na área da educação. As autoras ainda observam a ausência de pesquisas que enfoquem de forma mais direta a profissão docente. Diante da escassez de investigações que explorem como esse problema afeta o exercício da docência por mulheres, o presente estudo busca contribuir para o enfrentamento deste fenômeno.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste estudo optamos por utilizar o termo violência de gênero. A violência de gênero consiste em atos de violência cometidos contra um indivíduo em razão de sua identidade de gênero. Tal fenômeno está intrinsecamente relacionado às desigualdades estruturais existentes na sociedade, que perpetuam relações assimétricas de poder entre os gêneros. Além disso, o termo "violência de gênero" pode ser referido por meio de outras denominações, como "violência contra a mulher", "violência intrafamiliar" ou "violência doméstica", as quais carregam nuances específicas, mas convergem no reconhecimento de dinâmicas discriminatórias baseadas no gênero (Bandeira, 2014).

Em muitos casos, essa violência é direcionada às mulheres (cis ou trans), dado que, historicamente, os corpos femininos foram socialmente construídos e tratados como inferiores. Como já denunciava Simone de Beauvoir, ao citar Pitágoras que dizia que: “Há um princípio bom, que criou a ordem, a luz e o homem, e um princípio mau, que criou o caos, as trevas e a mulher” (Beauvoir, 1970 *apud* Cardoso *et al.*, 2020, p. 71). Observa-se que, historicamente, a mulher tem sido vinculada a aspectos considerados negativos e que as

inferioriza. Inferiorização essa que é sustentada por normas patriarcais e culturais, que contribui para a naturalização de práticas violentas, tanto no âmbito privado quanto no espaço público. A violência de gênero, portanto, não é um fenômeno isolado, mas sim um reflexo de estruturas desiguais profundamente enraizadas, que demandam esforços sistemáticos para sua erradicação.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) em seu Art. 5º configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Para Saffioti (2015, p.19) “Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”. A legislação reconhece a gravidade e a abrangência das diversas formas de violência que afetam as mulheres, buscando garantir sua proteção integral e responsabilizar os agressores, especialmente em contextos onde a violência ocorre dentro do ambiente doméstico ou familiar.

Infelizmente, mesmo com a existência de leis e outros mecanismos voltados para a redução da violência doméstica, esse tipo de crime continua apresentando índices alarmantes em diversas regiões do país. No estado do Espírito Santo, por exemplo, de acordo com o jornal A Gazeta, apenas na primeira semana de janeiro de 2025, foram registrados quatro casos de violência doméstica, todos cometidos pelos próprios companheiros das vítimas. Além disso, ainda segundo o jornal, no estado do Espírito Santo, apenas na primeira semana de janeiro de 2025, foram registrados quatro casos de violência contra mulheres, sendo que, em todos os casos, os agressores eram os próprios companheiros das vítimas. Esse cenário evidencia que as mulheres não estão seguras nem mesmo dentro de seus lares, ao lado de pessoas em quem deveriam depositar maior confiança.

Ao contrário dos homens, a maior parte das mulheres não é vítima de mortes decorrentes de acidentes de trânsito, confrontos e disputas relacionadas ao tráfico de drogas. Carneiro (2020, p. 21) afirma que: “a principal característica

das violências cometidas contra as mulheres e que as difere das violências que vitimam os homens é o vínculo afetivo ou de parentesco entre a vítima e o seu algoz”. Essa observação se confirma ao analisarmos que, na maioria dos casos, as mulheres são assassinadas por pessoas próximas, como cônjuges, namorados, pais, irmãos ou outros indivíduos com quem mantinham algum tipo de vínculo afetivo. Frequentemente, os autores desses crimes são ex-companheiros que não aceitam o fim do relacionamento

Dessa forma, muitas mulheres que acreditam estar seguras em seus lares, cercadas por pessoas que supostamente as amam e deveriam proporcionar conforto e proteção, acabam enfrentando agressões, tanto psicológicas quanto físicas. Segundo Bandeira (2014, p. 457):

No primeiro semestre de 2010, mais seis brasileiras, pelo menos, foram mortas pelos homens que um dia lhes fizeram promessas de amor. De cada dez mulheres que sofrem algum tipo de violência no Distrito Federal, sete são vítimas dos próprios namorados, maridos ou companheiros.

É perceptível que a realidade violenta transforma o ambiente doméstico, que deveria ser um espaço de segurança, em um cenário de medo e insegurança, comprometendo profundamente o bem-estar e a integridade dessas mulheres.

Esse contexto de violência e insegurança se reflete diretamente nas diferentes esferas da vida das mulheres, incluindo o ambiente de trabalho, onde suas experiências e desafios são igualmente influenciados por essas questões sociais. Para Saffioti (2015, p. 57):

Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados.

Podemos perceber que a autora critica a ideia de que o patriarcado é apenas um fenômeno doméstico ou familiar. Ela afirma que o poder patriarcal está presente em toda a sociedade, por isso, é importante compreender como o

conceito de trabalho tem sido construído e ressignificado ao longo da história, especialmente para analisar as condições atuais enfrentadas pelas mulheres no campo profissional.

O conceito de trabalho tem passado por diversas transformações ao longo da história, adaptando-se aos diferentes contextos sociais e econômicos de cada época. Etimologicamente, a palavra "trabalho" tem origem no latim *tripalium*, um instrumento de tortura utilizado para punir escravos na Idade Média, o que evidencia a associação inicial da atividade laboral ao sofrimento e à coerção. Como afirma Michel (2000, *apud* Almeida, 2020, p. 28) o significado do trabalho evoluiu ao longo do tempo, dessa forma, percebe-se que, apesar de sua origem ligada ao sofrimento, o trabalho foi ressignificado, tornando-se um elemento essencial para o desenvolvimento humano e econômico. No entanto, é preciso ressaltar que o trabalho humano segue sendo explorado, no contemporâneo, pelo sistema capitalista.

No âmbito do magistério, o trabalho tem como espaço a escola e a aprendizagem dos/as alunos/as aparece como o resultado esperado do ofício docente (Almeida, 2020 p. 32). Portanto o trabalho do/a professor/a é singular, pois vai além da simples execução de tarefas; ele envolve a formação de indivíduos, a construção do conhecimento e a transformação da sociedade. Diferente de outras profissões, em que o resultado pode ser imediato e mensurável, o impacto do magistério se revela ao longo do tempo, na evolução intelectual e humana dos alunos, tornando o trabalho docente único. Para Almeida (2020, p. 34)

No trabalho docente a configuração atua em um polo oposto ao trabalho de um operário. Para o professor, o objetivo do trabalho é ambíguo, heterogêneo, cujo prazo para alcançar seu objetivo é indeterminado. O trabalho docente é realizado com seres humanos e, portanto, engloba uma esfera individual e social, de caráter heterogêneo, ativo e autônomo.

Portanto, para o adequado exercício da docência, considerando a complexidade e a heterogeneidade das tarefas envolvidas, é essencial que as condições do ambiente de trabalho sejam apropriadas, tanto do ponto de vista físico quanto social. A garantia de infraestrutura adequada, bem como de um

ambiente colaborativo e respeitoso, contribui significativamente para o desempenho e a valorização dos/das profissionais da educação, refletindo diretamente na qualidade do ensino oferecido.

Entretanto, o que se observa atualmente, na sua grande maioria, são extensas cargas horárias e baixa valorização do/a professor/a, o que por muitas vezes pode levar ao adoecimento físico e mental desses/dessas profissionais. Codo (1999, *apud* Thiele, 2007, p. 6) “[...] buscando conhecer melhor os estressores psicossociais presentes no exercício da docência, classificou o cotidiano do professor como “peculiar”. Há diversos fatores que interferem diretamente no trabalho docente, entre eles, a carência de estrutura adequada, o envolvimento limitado das famílias no ambiente escolar, os desafios relacionados à disciplina dos alunos, episódios de violência, pressões sociais externas, a necessidade constante de atualização profissional, a remuneração insuficiente que leva muitos professores/as a jornadas exaustivas, além da imprevisibilidade do processo de aprendizagem, que varia conforme as características de cada turma e estudante. O autor enfatiza a complexidade do trabalho docente exercido pelos/as professores/as, que enfrentam inúmeras variáveis ao longo de sua atuação.

Essas adversidades que permeiam o cotidiano dos/as professores/as, afetam além da sua saúde, a qualidade do seu trabalho como afirma Johnson (2006, *apud* Oliveira, 2020, p.4), pois “[...] mesmo detendo os conhecimentos e as habilidades necessárias para a atividade, a carência dessas condições impede o professor [a professora] de conseguir ensinar”.

Além dessas adversidades enfrentadas pelos/as profissionais da educação, que impõem inúmeros desafios ao exercício da docência, esses/essas profissionais ainda são responsabilizados/as quando os resultados não correspondem às expectativas. Conforme afirma Almeida (2020 p.112), “As avaliações externas advindas do governo estimulam a responsabilização do professor [da professora] pelo fracasso escolar”. Portanto é perceptível que as condições de trabalho docente não são ideais na maioria dos casos, e que os/as professores/as precisam de melhores condições de trabalho.

Além dos desafios citados até aqui enfrentados por todos/as os/as docentes, é fundamental considerar que esses impactos não se distribuem de maneira equilibrada entre os/as profissionais. As desigualdades de gênero fazem com que as professoras enfrentem, além da precarização comum à categoria, pressões específicas relacionadas à sua condição de mulheres. O ambiente escolar, por vezes, reflete as estruturas desiguais da sociedade, impondo às docentes cargas emocionais e sociais adicionais, que se somam às já difíceis condições de trabalho. Esse recorte de gênero é essencial para compreender como determinadas violências e sobrecargas se intensificam entre as mulheres que atuam na educação.

A violência de gênero exerce um impacto profundo sobre as condições de trabalho das mulheres, contribuindo para o agravamento da precarização e do adoecimento no trabalho, especialmente o docente, exercido por professoras. Como afirma Conrado (2005, p. 113, *apud* Santos e Silva, 2010):

[...] a dor ou o sofrimento interferem diretamente na maneira como as mulheres em situação de violência vivem e se relacionam ao influenciar diretamente sua constituição como sujeitos sociais, pois todo tipo de violência a que são submetidas em um contexto violento passa a ser condicionante de sua existência social.

Nesse contexto, a vivência da violência de gênero permeia todos os aspectos da vida de quem a sofre. Tal violência não apenas compromete o bem-estar da profissional docente, como também aprofunda as desigualdades estruturais presentes no ambiente escolar, tornando o exercício da docência mais exaustivo, instável e emocionalmente vulnerável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada neste estudo foi a pesquisa de campo. Segundo Piana (2009, *apud* Gonçalves 2001, p.67), “[...] a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada, ela exige do pesquisador [da pesquisadora] um encontro mais direto”.

Tratando-se de um tema sensível e delicado, como a violência de gênero, a metodologia de pesquisa de campo não poderá ser conduzida de forma direta,

conforme sugere Gonçalves (2001). Será necessário construir um ambiente de acolhimento e segurança, no qual as mulheres se sintam à vontade para compartilhar suas experiências.

Esta pesquisa foi realizada por meio de um questionário utilizando a tecnologia do *google forms*, o que possibilitou que elas respondessem de forma anônima e protegida. Com o intuito de proporcionar um ambiente mais acolhedor e confortável às participantes, as perguntas iniciais do questionário foram elaboradas para traçar o perfil das respondentes, criando, assim, uma atmosfera mais receptiva. De modo geral, o instrumento buscou compreender se as professoras haviam vivenciado ou testemunhado situações de violência de gênero, quais foram os impactos dessas experiências, como se sentiram diante a essas violências e se consideravam relevante abordar essas temáticas em suas aulas de Educação Física.

Para viabilizar a realização desta pesquisa, utilizou-se a divulgação por meio de redes sociais, como WhatsApp e Instagram, através de contas pessoais, bem como por intermédio de professoras vinculadas ao Núcleo Interinstitucional de Pesquisa em Gêneros e Sexualidades (Nupeges) do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo. Essa estratégia teve como objetivo alcançar o maior número possível de docentes do município de Serra, local definido como foco da investigação.

A pesquisa contou com a participação de onze respondentes, número considerado relativamente baixo; contudo, ainda assim, bastante significativo, uma vez que é essencial que todas as vozes sejam ouvidas. Isso se justifica especialmente pelo fato de que o presente estudo adotou a abordagem qualitativa, a qual privilegia a qualidade dos dados obtidos. Nesse contexto, conforme destaca a autora Minayo (2021, p. 530):

Fazer uma pesquisa qualitativa empírica não é apenas utilizar um instrumento de observação ou de entrevista adequado, o que poderia ser considerado um tecnicismo. É, sim, fazer parte de uma corrente de pensamento e de ação que respeita a singularidade de cada entrevistado ou observado, na certeza de que o conhecimento que ele porta é construído na interlocução intersubjetiva.

Esse enfoque ressalta a importância da profundidade na coleta e análise dos dados, priorizando a riqueza das informações em detrimento da quantidade de participantes. Assim, embora o número de respondentes seja reduzido, o método qualitativo possibilita a apreensão de nuances, significados e experiências individuais que dificilmente seriam captados por abordagens quantitativas. Cada relato, portanto, não apenas representa uma perspectiva única, mas também contribui de forma significativa para a construção do conhecimento.

Dessa maneira, a escolha metodológica está em consonância com os objetivos do presente estudo, que visam compreender em profundidade as percepções e vivências dos participantes, respeitando suas singularidades e garantindo um olhar mais sensível, reflexivo e contextualizado sobre o objeto de investigação.

Com o objetivo de preservar a identidade das docentes participantes desta pesquisa, optou-se pela utilização de nomes fictícios.

4 OS ACHADOS DA PESQUISA

Essa análise de dados foi produzida pelo questionário do *Google Forms*, e encaminhada por meio de redes sociais para que pudesse chegar até as professoras do município da Serra. Para preservar a identidade das participantes e, ao mesmo tempo, possibilitar uma análise mais detalhada das respostas, cada docente foi identificada por um nome fictício. Os dados apresentados no Quadro 1 oferecem uma visão geral do perfil das respondentes, permitindo compreender melhor as especificidades de cada profissional. Essa caracterização inicial é fundamental para que possamos relacionar os perfis individuais aos demais temas abordados no questionário, como as condições de trabalho, a saúde mental e os impactos da violência de gênero no cotidiano docente.

Quadro 1 – perfil das respondentes

Nome fictício	Faixa etária	Identidade de gênero	Sexualidade	Raça/ etnia
Ana	40 a 49	Cis	Homossexual	Parda

Beatriz	40 a 49	Cis	Heterossexual	Branca
Clara	20 a 29	outra	Bissexual	Parda
Denise	30 a 39	Cis	Heterossexual	Preta
Érica	20 a 29	Cis	Bissexual	Branca
Fabiana	30 a 39	Outra	Heterossexual	Parda
Natiele	40 a 49	Cis	Heterossexual	Preta
Helena	40 a 49	Não desejo responder	Heterossexual	Petra
Isabela	40 a 49	Cis	Heterossexual	Parda
Juliana	50 a 59	Cis	Heterossexual	Parda
Larissa	30 a 39	Cis	Bissexual	Branca

Fonte: organizado pela autora

O Quadro 1 apresenta o perfil sociodemográfico das professoras participantes da pesquisa, esta que começou com perguntas simples a fim de criar um espaço mais confortável para as respondentes. Observa-se que a maioria das respondentes se encontra na faixa etária entre 40 e 49 anos, o que indica um grupo com significativa experiência de atuação docente. Quanto à identidade de gênero, predomina a identificação como mulheres cisgênero, embora também estejam representadas docentes que se identificam com outras categorias de gênero ou que optaram por não responder. No que se refere à sexualidade, nota-se uma diversidade de orientações, com presença de professoras heterossexuais, bissexuais e homossexuais, o que reforça a importância de considerar a pluralidade nas análises sobre o cotidiano escolar.

No início da investigação sobre a violência de gênero, questionou-se se as professoras consideravam a escola um espaço acolhedor tanto para mulheres cisgênero quanto para aquelas pertencentes à comunidade LGBTQIA+. Das onze respondentes, sete afirmaram que o ambiente é acolhedor apenas em determinadas situações, três disseram que não o consideram acolhedor, e apenas uma respondeu afirmativamente. A seguir, apresentam-se algumas falas das professoras:

Na minha experiência, a escola não se mostra um ambiente verdadeiramente acolhedor para professoras Cis e membros da comunidade LGBTQIA+. Isso ocorre, em grande parte, porque muitos dessa área da educação têm uma compreensão limitada sobre essas questões e, muitas vezes, agem de maneira preconceituosa. Isso

pode ser resultado tanto de influências religiosas quanto da falta de formação adequada ou conhecimento sobre o tema (Denise, 2024).

Já trabalhei com pessoas homossexuais e foi um ambiente democrático e respeitoso (Fabiana, 2024).

Acredito que depende muito do grupo de docentes a qual a pessoa faz parte. Se possui um grupo com pessoas mais empáticas, a acolhida tende a ser mais calorosa, refletindo inclusive na abordagem com os alunos e pais (Helena, 2024).

Acredito que vai de cada pessoa, a forma de se relacionar com os colegas dentro do trabalho (Juliana, 2024).

É difícil se sentir acolhida em um ambiente majoritariamente formado por héteros, pois sabemos que a sociedade é preconceituosa e não conhecemos as pessoas que estão ali (Larissa, 2024).

Acredito que a consciência e o acolhimento à diversidade tem sido fomentado nos ambientes escolares, apesar de ainda terem muitos profissionais no meio com pensamento conservador e preconceituoso (Beatriz, 2024).

Vejo que as comunidades não acolhem o público LGBT (Natiele, 2024).

Os comentários das professoras refletem diferentes percepções sobre o ambiente escolar no que diz respeito à acolhida de pessoas LGBTQIA+ e CIs.

Ainda sim, é perceptível que a maioria dos comentários trazem perspectivas que o ambiente docente por vezes ainda é cercado por pensamentos preconceituosos, o que favorece um ambiente hostil e que nem sempre tem como prioridade o bem-estar das docentes.

Dando prosseguimento à pesquisa, questionamos se as participantes já haviam presenciado ou sido vítimas de violência de gênero no ambiente escolar. Das 11 respondentes, nove afirmaram já ter presenciado ou vivenciado situações de violência de gênero na escola, enquanto duas declararam não ter passado por

esse tipo de situação. A seguir, destacam-se alguns comentários de professoras que relataram ter presenciado episódios de violência de gênero:

Muitas vezes, sofri violência de gênero, e, surpreendentemente, a maioria veio de outras mulheres. No ambiente educacional, percebo que muitas mulheres não valorizam o trabalho de suas colegas; ao contrário, tornam-se competitivas. Quando um homem entra na área, ele é frequentemente reverenciado e tratado com muito mais respeito. Com os homens, frequentemente interrompiam meu raciocínio enquanto eu explicava algo da minha maneira. Eles sugeriam alternativas ao que eu estava fazendo, alegando que meu método era trabalhoso demais e que eu deveria optar por algo mais simples (Denise, 2024).

Uma colega se apresentava na escola de forma que incomodava muitas pessoas, ela tinha o cabelo azul e também um discurso forte. Uma vez ela se colocou partidariamente em sala de aula. Uma das crianças comentou em casa, no outro dia tinha polícia e um movimento forte da comunidade para tirar ela da escola. Ela teve que sair. Essa professora foi contra o Bolsonarismo (Natiele, 2024).

Já presenciei um discurso transfóbico, numa conversa em que haviam pessoas trans (Beatriz, 2024).

Um homem querendo nos silenciar ou desmerecer (Isabela, 2024).

Os relatos das professoras evidenciam diferentes formas de violência de gênero presentes no ambiente escolar, revelando tanto agressões sutis quanto explícitas. Destaca-se a reprodução de comportamentos misóginos por parte de colegas do mesmo sexo, com a competitividade e a desvalorização entre mulheres sendo apontadas como práticas recorrentes, essas atitudes de desvalorização mútua e competitividade, reflete o sistema patriarcal em que a sociedade vive. Além disso, hierarquização de gênero também se manifesta na forma como homens são mais respeitados e ouvidos, mesmo quando interrompem ou deslegitimam metodologias adotadas por suas colegas. Essa prática, conhecida como *maninterrupting* (quando um homem interrompe uma mulher de forma recorrente) ou o *mansplaining* (quando um homem explica algo

a mulher de maneira condescendente, partindo do pressuposto de que ela não sabe), evidencia o silenciamento simbólico das profissionais. O ambiente pedagógico também se mostrou palco para discursos transfóbicos e tentativas de silenciamento, confirmando que a violência de gênero, em suas múltiplas expressões, permanece como um obstáculo estrutural nas instituições de ensino, exigindo reflexão crítica e ações concretas de enfrentamento.

Ao serem questionadas sobre a maioria das respondentes, afirmou não ter sofrido essas violências diretamente. Sete responderam que não se aplicava ao caso delas, uma respondeu que deixou para lá e seguiu a vida, uma não quis responder, uma relatou que não conseguia estar presente no mesmo lugar que o(a) agressor(a). Duas delas deixaram os seguintes comentários

Deixei porque na época não entendia muito bem sobre esse tipo de violência (Ana, 2024).

A escola, que deveria ser um espaço de apoio mútuo, tornou-se um campo de batalha onde se exalta os homens e se diminui cada vez mais as mulheres. O mais frustrante é observar essa dinâmica vinda de outras mulheres. Isso faz com que os homens nos vejam como fracas e fáceis de manipular. É um absurdo! (Denise, 2024).

É perceptível, nos relatos analisados, que mesmo em espaços onde se espera a construção de redes de apoio e a valorização das questões de gênero, ainda prevalecem pensamentos patriarcais que, mesmo quando não explícitos, moldam os ambientes frequentados por mulheres. Para Carneiro (2020) essa forte influência dos valores tradicionalmente atribuídos ao gênero masculino, enquanto o feminino é constantemente desvalorizado e silenciado, contribui para a construção de uma relação de poder, onde os homens se sentem autorizados a dominar e controlar as mulheres.

Quando perguntadas sobre se já sentiram seu corpo objetificado, seis responderam que não, uma que não sabia e quatro que sim

Se você é magra e professora de educação física, costuma ser admirada por cuidar da saúde. No entanto, se ganhar um pouco de peso, enfrenta críticas, com comentários como 'que tipo de professora

de educação física você é?’ Isso demonstra uma cobrança injusta sobre a aparência e o desempenho profissional (Denise, 2024).

Foi um professor de matemática da escola onde já trabalhei. Aconteceu comigo e com mais 2 professoras (Érica, 2024).

Tive essa sensação quando estava ficando com outra pessoa do sexo masculino (Larissa, 2024).

Falas constrangedoras de um colega sobre minha aparência (Beatriz, 2024).

Por meio dessas falas, é possível identificar como os corpos das mulheres são historicamente objetificados e anulados — uma realidade que persiste até os dias atuais. Esses corpos continuam a despertar olhares, julgamentos e comentários indesejados, mesmo quando as mulheres não os solicitam ou não se expõem voluntariamente. Isto porque, “Durante muito tempo prevaleceu a concepção de que existia apenas um único sexo, o masculino, e que a mulher seria um homem que deu errado ou, ainda, uma variação incompleta e inferior” (Colling, 2015 apud Cardoso et al., 2020, p 71). Nessa perspectiva, os homens, ao longo da história, enxergam as mulheres como seres inferiores, desconsiderando sua dignidade como pessoas e tratando seus corpos com desrespeito. Assim, “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (Beauvior, 1970 apud Cardoso et al., 2020, p. 72). Essas experiências trazidas pelas participantes de assédio e constrangimento reforçam a presença de um ambiente sexista que desvaloriza as mulheres e compromete o bem-estar e a equidade nas relações profissionais.

O quadro 2, a seguir, mostra as respostas das entrevistadas relacionadas a perguntas sobre violência doméstica na família e as presenciadas na infância:

Quadro 2 – Histórico de violência doméstica nas famílias das participantes

Participantes	Alguma mulher da	Em caso afirmativo, qual ou quais	Na infância, presenciou algum tipo	Em caso afirmativo, qual ou quais
---------------	------------------	-----------------------------------	------------------------------------	-----------------------------------

	sua família já sofreu algum tipo de violência doméstica?	tipos de violência doméstica?	violência doméstica?	tipos de violência ?
Ana	Sim	Física, psicológica, sexual, patrimonial e moral	Sim	Física, psicológica, sexual, patrimonial e moral
Beatriz	Sim	Física	Sim	Física
Clara	Não sei	Não se aplica	Não	Não se aplica
Denise	Sim	Física, psicológica, sexual, patrimonial e moral	Sim	Física, psicológica, sexual, patrimonial e moral
Érica	Sim	Física, psicológica, psicológica e moral	Sim	Psicológica
Fabiana	Sim	Psicológica	Sim	Psicológica
Natiele	Sim	Psicológica, sexual e patrimonial	Sim	Psicológica e patrimonial
Helena	Sim	Psicológica	Sim	Psicológica
Isabela	Sim	Física e psicológica	Sim	Psicológica e física
Juliana	Não	Não se aplica	Não	Não se aplica
Larissa	Sim	Psicológica, patrimonial e moral	Não	Não se aplica

Fonte: organizado pela autora

O quadro apresentado revela que a maioria das professoras vivenciou episódios de violência no ambiente familiar ainda na infância, experiências essas que deixaram marcas profundas em suas trajetórias de vida, evidenciando como essa violência atravessa gerações e se manifesta de múltiplas formas. Muitas participantes relataram ter testemunhado situações em que mulheres da família foram vítimas de violência doméstica, o que contribui para a naturalização desses comportamentos e para sua perpetuação no contexto familiar. Esses dados reforçam a compreensão de que a violência de gênero não é um fato isolado ou pontual, mas um fenômeno estrutural,

sustentado por relações históricas e sociais de desigualdade entre homens e mulheres.

Quadro 3 – Histórico de violência sofridas pelas participantes

Participantes	Você já sofreu violência doméstica?	Em caso afirmativo, qual ou quais tipos de violência doméstica?	Caso tenha sofrido violência de gênero buscou apoio de alguém próximo?
Ana	Sim	Psicológica e sexual	Na época não
Beatriz	Sim	Física	Amiga e irmãs
Clara	Não	Não se aplica	Não se aplica
Denise	Sim	Todas	Não buscou ajuda
Érica	Sim	Psicológica	Não respondeu
Fabiana	Sim	Patrimonial	Família
Natiele	Sim	Psicológica, sexual e patrimonial	Não
Helena	Não	Não se aplica	Não se aplica
Isabela	Sim	Física e psicológica	Família
Juliana	Sim	Psicológica	Não
Larissa	Não	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: organizado pela autora

Adiante, como pode ser observado no quadro as participantes foram indagadas sobre se já haviam sofrido alguma violência doméstica, oito das 11 participantes afirmam que sim, enquanto as outras três não. Das professoras responderam que sim, Ana afirma ter sofrido violência sexual e psicológica, Beatriz apenas Física, Denise sofreu todos os cinco tipos de violência de gênero, Érica apenas psicológica, Fabiana patrimonial, Natiele diz que sofreu violência psicológica, sexual e patrimonial, enquanto Isabela sofreu física e psicológica, Juliana apenas Física.

É interessante observar que a forma de violência mais mencionada pelas participantes da pesquisa é a violência psicológica. De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) em seu, Art. 7º essa modalidade de agressão é caracterizada por qualquer conduta que cause dano emocional, diminuição da autoestima ou que busque controlar as ações, comportamentos, crenças ou decisões da mulher. Esses relatos reforçam, mais uma vez, a tentativa histórica de manutenção do domínio masculino sobre os corpos femininos, evidenciando uma estrutura de poder que se perpetua ao longo do tempo.

Das oito participantes que afirmam ter sofrido violência, apenas seis realizaram denúncias formais, enquanto que ao perguntadas se continuaram com os seus parceiros(as), uma afirmou que continuou, quatro negam ter mantido relacionamento e três não quiseram responder. Ao serem questionadas se buscaram apoio de alguém próximo, quatro delas responderam que não, Fabiana e Isabela disseram que buscaram apoio na família e Beatriz buscou apoio da irmã e de amigas e uma professora não respondeu.

Adiante com as perguntas perguntamos como foi no trabalho, se as pessoas na escola perceberam o que elas haviam passado e se tiveram apoio por parte destes, das oito participantes que haviam relatado ter sofrido violência três não responderam, três relataram que as pessoas não perceberam. Beatriz disse que algumas amigas e colegas perceberam e a apoiaram de alguma forma, em contrapartida Denise disse que alguns colegas de trabalho perceberam mas que por serem contratados se calaram.

Outra pergunta foi se a violência sofrida impactou no trabalho, Beatriz, Denise, Natiele e Isabela comentam que foram ministrar suas aulas e fingiram que nada havia acontecido, Fabiana disse que não conseguiu ir trabalhar no dia seguinte, as outras participantes não responderam. As participantes foram convidadas a contar mais sobre e Denise diz:

Por ser contratada e com pouco tempo de experiência na área, me submeti a situações que eu não merecia e que não desejo a ninguém para que minha filha tivesse o que comer.

Esse comentário, assim como o fato de as participantes terem retornado ao trabalho e agido como se nada tivesse acontecido, evidencia a naturalização, e a banalização do sofrimento feminino, além disso observamos que a necessidade também faz com que as mulheres se cale. Desde cedo, as mulheres aprendem que seu papel social está associado à aceitação, à passividade, à submissão e ao silêncio. Segundo Fernandes e Natividade (2018, apud Sousa, 2017, p. 27), a sexualidade é socialmente construída a partir da atribuição de funções distintas para homens e mulheres. Nesse contexto, as mulheres são frequentemente direcionadas a tarefas ligadas ao cuidado, à organização e a atividades consideradas “femininas”, o que contribui para mantê-las em uma posição de submissão e compreensão socialmente esperada.

Ao final do questionário, buscou-se identificar se as professoras consideravam importante abordar questões de gênero nas aulas de Educação Física, bem como se efetivamente desenvolviam tais temáticas em sua prática pedagógica. As onze respondentes afirmaram reconhecer a importância do trabalho com questões relacionadas a gênero em suas aulas. As docentes Fabiana, Natiele, Isabela, Juliana e Larissa relataram abordar essas temáticas de forma transversal ao conteúdo curricular das escolas em que atuam. Por sua vez, Ana, Beatriz, Clara, Denise e Érica destacaram que os temas gênero e sexualidade são fundamentais para a redução das violências direcionadas a mulheres e a pessoas LGBTQIA+, por isso desenvolvem essas discussões em suas aulas. Apenas a professora Helena afirmou reconhecer a relevância do tema, mas declarou não abordá-lo devido à falta de formação adequada que lhe proporcione segurança para tratar dessas questões em sala de aula.

Diante desse cenário, indagou-se se as professoras já haviam sido convidadas a atuar ou participar, como cursistas, de palestras ou cursos voltados à temática da violência de gênero. Das onze docentes entrevistadas, apenas duas responderam afirmativamente. Isso evidencia que, embora reconheçam a relevância do tema, há uma ausência de incentivos institucionais para que tais discussões sejam incorporadas de forma contínua ao seu cotidiano profissional. Conforme observa Santos (2012, p. 17), [...]

As instituições escolares colocavam-se, e ainda se colocam, alheias a questões da violência doméstica contra as mulheres, pois este é silenciado no currículo escolar e na formação docente inicial e continuada. As docentes cujo nível de formação poderia nos levar a supor um maior esclarecimento em relação aos seus direitos, são coagidas a dissimular, às vezes, as situações de violência que vivenciam em seu cotidiano.

Tal constatação revela a necessidade urgente de ampliar a formação e a disseminação de conhecimentos relacionados à violência de gênero no contexto educacional. Observa-se que, de modo geral, as escolas não promovem debates sobre essa temática, tampouco sobre estratégias de enfrentamento. O assunto permanece silenciado tanto no âmbito das disciplinas escolares quanto nos cursos de formação inicial e continuada, além de não ser reconhecido como um problema pedagógico ou social que impacta diretamente o cotidiano das docentes.

Além disso, a Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, dispõe sobre a inclusão de conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, bem como institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Apesar de recente, essa legislação representa um importante avanço na promoção da conscientização desde os primeiros anos de formação dos estudantes, estimulando o debate crítico. Ao inserir esse tema no contexto educacional, contribui-se para a construção de uma cultura de igualdade de gênero, respeito mútuo e prevenção de comportamentos violentos.

Apesar dos avanços nas legislações referentes a gênero, como a Lei nº 14.164/2021, ainda existem iniciativas que buscam restringir o debate sobre questões de gênero no ambiente escolar. Exemplo disso é a recente Lei nº 12.479/2025, que estabelece que os pais ou responsáveis têm direito de decidir se seus/suas filhos/as participarão ou não de atividades pedagógicas que tratem de temas relacionados a gênero. Em seu artigo 2º ela aponta atividades pedagógicas de gênero aquelas que abordam temas relacionados à identidade de gênero, à orientação sexual, à diversidade sexual, à igualdade de gênero e outros assuntos similares. Tal medida evidencia uma tentativa de silenciar essas discussões fundamentais, mantendo a escola sob a influência de valores

patriarcais e conservadores que resistem ao avanço de uma educação inclusiva, plural e que vise a igualdade de gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou que a maioria das professoras participantes da pesquisa já vivenciou, presenciou ou conhece outras mulheres que foram vítimas de violência de gênero. Grande parte das participantes relatou ter presenciado ou sofrido esse tipo de violência tanto no ambiente profissional escolar quanto em contextos pessoais. Dentre as formas de agressão mencionadas, a violência psicológica foi a mais recorrente, especialmente no espaço de trabalho, manifestando-se de maneira sutil por meio de atitudes como desvalorização, silenciamento e desprestígio profissional. Os depoimentos demonstram que, embora a escola devesse configurar-se como um espaço de acolhimento e proteção, ainda reproduz práticas patriarcais e discriminatórias. A presença de comportamentos machistas, transfóbicos e conservadores, tanto entre colegas quanto por parte da comunidade escolar, reforça a permanência de estruturas sociais baseadas em preconceito e desigualdade de gênero.

Apesar desse cenário adverso, é possível identificar entre as docentes iniciativas de resistência e ações voltadas à conscientização. A maioria das professoras reconhece a relevância de abordar as questões de gênero no contexto das aulas de Educação Física e, dentro das possibilidades institucionais e pedagógicas, procura integrar essas temáticas de maneira transversal ao currículo.

Por fim, os dados analisados apontam para a urgente necessidade de mudanças estruturais nas instituições educacionais. É imprescindível que os espaços formativos incluam de maneira sistemática e contínua as discussões sobre gênero, sexualidade e violência na formação inicial e continuada de docentes. Reconhecer, acolher e enfrentar a violência de gênero nas escolas não deve ser entendido apenas como uma questão de justiça social, mas como um requisito fundamental para a construção de ambientes educacionais verdadeiramente humanos, democráticos e inclusivos, especialmente para as mulheres.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Júlia. **ES fecha 2024 com o menor número de homicídios em 28 anos.** *A Gazeta*, Vitória, 30 dez. 2024. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/es-fecha-2024-com-o-menor-numero-de-homicidios-em-28-anos-1224>. Acesso em: 26 mai. 2025.

ALENCAR, Tiago. **Nova lei permite veto de pais a ensino de gênero em escolas do ES.** *A Gazeta*, Vitória, 22 jul. 2025. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/nova-lei-permite-veto-de-pais-a-ensino-d-e-genero-em-escolas-do-es-0725>. Acesso em: 24 jul. 2025.

A GAZETA. ***Violência contra a mulher continua sendo uma das grandes tragédias do ES.*** *A Gazeta*, Espírito Santo, jan. 2025. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/editorial/violencia-contra-a-mulher-continua-sendo-uma-das-grandes-tragedias-do-es-0125>. Acesso em: 17 ago. 2025.

ALMEIDA, Paula Cristina Soares Silva de. **Condições do trabalho docente: políticas e processos de desenvolvimento profissional.** Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista-BA, 2020. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2020/07/PAULA-CRISTINA-SOARES-SILVA-DE-ALMEIDA.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; NOGUEIRA, Conceição. **Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública.** *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 101–112, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/V5RjdbVjmmTbDvbqrs7zjzf/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.** *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p.

449–469, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/QDj3qKFJdHLjPXmvFZGsrLq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL. *Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 28 mai. 2025.

BRASIL. *Lei Maria da Penha e legislação correlata*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496319/000925795.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. *Lei n. 14.164, de 10 de junho de 2021*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. *Diário Oficial da União*, Seção 1, Brasília, DF, 11 jun. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14164.htm. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL REGISTRA AUMENTO DE VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES E POPULAÇÃO LGBTI+. *ANDES - Sindicato Nacional*, 22 jul. 2024. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/brasil-registra-aumento-de-violencias-contra-mulheres-e-populacao-lgbti1>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRINO, Rachel Faria; SOUZA, Mayra Aparecida de Oliveira. **Concepções sobre violência intrafamiliar na área educacional**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1251–1273, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/nBfxYPrpFcKLpGVMrbSLLCn/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CARDOSO, Taís Prass; et al. **O corpo feminino invadido: recortes da construção social de um corpo público/objetificado**. *Revista Mosaico*,

Curitiba, v. 11, n. 1, p. 78–93, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/mosaico/article/view/3702>. Acesso em: 9 jul. 2025.

CARNEIRO, Isabel. **Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher: o processo de debate e a construção dos direitos**. Recife: Universidade Aberta do Nordeste, 2020. (Fascículo 2). Disponível em: <https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2018/07/F2-Enfrentamento-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-compressed.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12614/10/RI_Atlas_da_Violencia_2023.pdf. Acesso em: 4 out. 2024.

FERNANDES, Nathaly Cristina; NATIVIDADE, Carolina dos Santos Jesuíno da. **A naturalização da violência contra a mulher**. *Anais do V Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, Londrina, v. 5, n. 1, 2018 (publicado em 18 jan. 2021). DOI: 10.5433/SGPP.2018v5.p165. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1023>. Acesso em: 10 jul. 2025.

QUEM É MARIA DA PENHA. Instituto Maria da Penha. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 2 fev. 2025.

MARIA CRISTINA, Piana. *A pesquisa de campo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830%20389-06.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características**. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 9, n. 22, p. 521–539, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2021.v.9.n.22.506>. Acesso em: 23 jun. 2025.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; JUNIOR, Edmilson Antonio Pereira; REVI, Natalia de Santana. **Condições de trabalho dos professores e satisfação profissional: uma análise em sete estados do Brasil.** *Cenas Educacionais*, Salvador, v. 3, p. e9503, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/download/9503/6990/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

RAGASINI, Bianca. **7 situações absurdas impostas às mulheres no Código Civil de 1916.** *JusBrasil*, 8 set. 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/7-situacoes-absurdas-impostas-as-mulheres-no-codigo-civil-de-1916/922491481>. Acesso em: 9 mar. 2025.

RUANOVI, Thiago. **Serra volta a liderar casos de violência doméstica e feminicídio no ES; aponta Painel de Monitoramento.** *Serra Noticiário*, 22 out. 2024. Disponível em: <https://serranoticiario.com.br/serra-volta-liderar-casos-de-violencia-domestica-e-feminicidio-no-es-aponta-painel-de-monitoramento/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

SANTOS, Samai Serique do; SILVA, Josenilda Maria Maués da. **Docência, gênero e violência doméstica: um estudo na Delegacia de Atendimento à Mulher, no município de Santarém-Pará.** In: FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO, 2010, Santa Maria. *Anais [...]*. Santa Maria: UFSM, 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278253223_ARQUIVO_Samai_Serique_dos_Santos_Texto_Completo_FG9.pdf. Acesso em: 13 jul. 2025.

SANTOS, Samai Serique dos. et al. **Entre Aracne e Atena: professoras em situação de violência doméstica.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/3145/1/Dissertacao_AracneAtenaProfessoras.pdf. Acesso em: 13 jul. 2025.

THIELE, Marisa Elizabetha Boll; AHLERT, Alvor. **Condições de trabalho docente: um olhar na perspectiva do acolhimento**. In: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO. *O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense*. Curitiba: SEED/PR, v. 1, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/857-4.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2025.

VAGOSTELLO, L. et al. **Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo**. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 26, n. 65, p. 263-271, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/GZXDhj4bjHxHgT33tB6FBTj/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004. Disponível em: https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2021/10/genero_we_b.pdf. Acesso em 14 Ago. 2025